

Guerra do Kosovo e Segurança Internacional: uma breve análise sobre a Resolução do Conflito e os desdobramentos atuais

“Kosovo’s War and International Security: a pre-conflict and post-conflict analysis”

La guerra de Kosovo y la seguridad internacional: un análisis previo y posterior al conflicto

Fernanda Menezes dos Santos¹
Flávio Timar Rodrigues²
Isadora Ferreira Marinho³

Resumo

A Guerra do Kosovo foi um dos conflitos que marcaram a desintegração da antiga Iugoslávia durante a década de 1990, influenciada pela queda dos regimes socialistas da região, com o fim da Guerra Fria. Demarcada pela divisão étnica da população, cuja maioria era kosovar albanesa, a Guerra do Kosovo pode ser considerada como um caso representativo de como os efeitos de acordos de paz podem reverberar por décadas mesmo após o fim dos conflitos, resultando em outras problemáticas, mesmo que haja a resolução destes. Isto porque, dada a sua complexidade e a dificuldade das duas partes conflitantes chegarem em um acordo que as satisfizesse, foi necessária uma mediação externa na sua resolução sendo que esse acordo promoveria implicações ainda hodiernamente, como se verá no presente artigo. Desta forma, este trabalho tem como intuito esclarecer as implicações atuais do processo de paz da Guerra do Kosovo. A metodolo-

gia a ser utilizada diz respeito a uma metodologia essencialmente qualitativa, por meio da aplicação do método do Estudo de Caso. Para a verificação da hipótese, por conseguinte, utilizar-se-á a revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias acerca do conflito, utilizando-se como marco teórico conceitos e análises advindas da área de Segurança Internacional e, mais precisamente, da área dos Estudos de Paz. Nesse sentido, serão analisados quais foram os principais mecanismos utilizados ao longo da negociação e quais são os seus impactos na atualidade. Dito isso, a hipótese advogada por este trabalho afirma que as implicações atuais do acordo resultaram em um não reconhecimento do Kosovo por parte de uma série de Estados e organismos, assim como provocaram na emergência de novas reflexões sobre a intervenção humanitária a partir dos ocorridos durante a guerra. Para tanto, o presente artigo iniciará-se com a revisão bibliográfica dos principais conceitos a serem utilizados

1. Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: menezes.fernanda@outlook.com.

2. Graduando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: flatimar@hotmail.com.

3. Graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). E-mail: ifmarinho@sga.pucminas.br

para a análise do tema, a partir das considerações de teóricos renomados do campo dos Estudos de Paz da Segurança Internacional. Adiante, será feita uma breve contextualização histórica acerca da Guerra do Kosovo, apresentando os seus antecedentes e como a conjuntura regional daquele momento influenciou na ascensão do conflito, perpassando ainda pelos principais eventos ocorridos durante a Guerra e após seu fim. Em seguida, analisar-se-á, a partir da hipótese proposta, os desdobramentos atuais resultantes da Guerra do Kosovo e, em seguida, o acordo de paz que deu fim ao conflito, concluindo-se que esse resultou em um não reconhecimento internacional unânime do Kosovo como um Estado soberano e independente. Além disso, contribuiu para a reflexão e atualização das concepções sobre a intervenção humanitária promovida por organizações internacionais, haja vista as gerações de intervenções humanitárias exercidas ao longo das décadas. Com isso, tem-se que o presente artigo aborda uma temática de extrema relevância para o campo das Relações Internacionais, contribuindo por meio de uma análise da evolução histórica do conflito e da sua resolução, de maneira a trazer novas perspectivas sobre a ideia de resoluções de conflito como se tem atualmente e seus respectivos desdobramentos ao longo do contexto internacional.

Palavras-chave: Guerra do Kosovo; Relações Internacionais; Segurança Internacional; Conflito; Resolução de Conflito.

Abstract

The Kosovo War was one of the conflicts that marked the disintegration of the former Yugoslavia during the 1990s, influenced by the fall of socialist regimes in the region, with the end of the Cold War. Characterized by the ethnic division of the population, whose majority was Kosovar Albanian, the Kosovo War can be considered as a representative case of how the effects of peace agreements can reverberate for decades even after the end of conflicts, resulting in other problems, even if there is the resolution of the conflict. This is because, given its complexity and the difficulty of the two conflicting parties to reach an agreement that satisfied them, an external mediation was necessary in its resolution, and this agreement still has implications today, as will be seen in this article. Therefore, this article aims to understand

the current implications of the peace process of the Kosovo War. The methodology to be used concerns an essentially qualitative methodology, through the application of the Case Study method. Therefore, to verify the hypothesis, a bibliographic review of primary and secondary sources about the conflict will be used, using as a theoretical framework concepts and analyzes arising from the area of International Security and, more precisely, from the area of Peace Studies. In this sense, the main mechanisms used during the negotiation will be analyzed and what are their current impacts. That said, the hypothesis to be verified is that it is possible to observe that the current implications of the agreement resulted in a non-recognition of Kosovo by a number of States and bodies, as well as caused the emergence of new reflections on humanitarian intervention from those that occurred during the war. Therefore, this article will begin with a bibliographical review of the main concepts to be used for the analysis of the theme, based on the considerations of renowned theorists in the field of International Security and Peace Studies. A brief historical contextualization of the Kosovo War will be presented, going through its antecedents and how the regional situation at that time influenced the rise of the conflict, also covering the main events that occurred during the War and after its end. Then, from the proposed hypothesis, the current developments resulting from the Kosovo War and, primarily, from the peace agreement that ended the conflict, will be analyzed, concluding that this resulted in a international non-recognition of the Kosovo as a sovereign and independent State, in addition to having contributed to the reflection and updating of the conceptions about humanitarian intervention promoted by international organizations, given the generations of peace of humanitarian interventions proposed by theorists in the area of International Security. Thus, this article addresses a topic of extreme relevance to the field of International Relations, contributing to it, through an analysis of the historical evolution of the conflict and its resolution, in order to bring new perspectives on the idea of conflict resolutions as they currently exist and their respective developments throughout the international context.

Keywords: Kosovo's War; International Relations; International Security; Conflict; Conflict Resolution.

Resumen

La Guerra de Kosovo fue uno de los conflictos que marcaron la desintegración de la ex Yugoslavia durante la década de 1990, influenciada por la caída de los regímenes socialistas en la región, con el fin de la Guerra Fría. Demarcada por la división étnica de la población, cuya mayoría eran albanos-kosovares, la Guerra de Kosovo puede considerarse como un caso representativo de cómo los efectos de los acuerdos de paz pueden repercutir durante décadas incluso después del final de los conflictos, dando lugar a otros problemas, incluso si existe la resolución de estos. Esto se debe a que, dada su complejidad y la dificultad de las partes en conflicto para llegar a un acuerdo que las satisfaga, fue necesaria una mediación externa en su resolución, y este acuerdo aún tiene implicaciones en la actualidad, como se verá en este artículo. En esta ocasión, este artículo tiene como objetivo comprender las implicaciones actuales del proceso de paz de la Guerra de Kosovo. La metodología a utilizar se refiere a una metodología esencialmente cualitativa, mediante la aplicación del método de Estudio de Caso. Por tanto, para verificar la hipótesis se utilizará una revisión bibliográfica de fuentes primarias y secundarias sobre el conflicto, utilizando como marco teórico conceptos y análisis derivados del área de Seguridad Internacional y, más precisamente, del área de Estudios. En este sentido, se analizarán los principales mecanismos utilizados durante la negociación y cuáles son sus impactos actuales. Dicho esto, la hipótesis a verificar es que es posible observar que las implicaciones actuales del acuerdo derivaron en un no reconocimiento de Kosovo por parte de varios Estados y organismos, así como propiciaron el surgimiento de nuevas re-

flexiones sobre la intervención humanitaria de los que ocurrieron durante la guerra. Por lo tanto, este artículo comenzará con una revisión bibliográfica de los principales conceptos que se utilizarán para el análisis del tema, a partir de las consideraciones de reconocidos teóricos en el campo de los Estudios de Paz y Seguridad Internacional. A continuación se presenta una breve contextualización histórica de la Guerra de Kosovo, presentando sus antecedentes y cómo la situación regional en ese momento influyó en el surgimiento del conflicto, cubriendo también los principales hechos ocurridos durante la Guerra y después de su finalización. Luego, con base en la hipótesis propuesta, se analizarán los desarrollos actuales resultantes de la Guerra de Kosovo y, principalmente, del acuerdo de paz que puso fin al conflicto, concluyendo que esto resultó en un no reconocimiento internacional unánime de Kosovo como soberano y Estado independiente, además de haber contribuido a la reflexión y actualización de las concepciones sobre la intervención humanitaria impulsadas por los organismos internacionales, dadas las generaciones de paz de las intervenciones humanitarias propuestas por teóricos en el área de la Seguridad Internacional. Así, este artículo aborda un tema de extrema relevancia para el campo de las Relaciones Internacionales, contribuyendo al mismo, a través de un análisis de la evolución histórica del conflicto y su resolución, con el fin de aportar nuevas perspectivas sobre la idea de la resolución de conflictos como existen actualmente y sus respectivos desarrollos en todo el contexto internacional.

Palabras-clave: Guerra de Kosovo; Relaciones Internacionales; Seguridad Internacional; Conflicto; Resolución de Conflictos.

1 Introdução

A Guerra do Kosovo apresenta elementos muito simbólicos para se entender diversos mecanismos presentes na área da Segurança Internacional. A interferência de atores como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no conflito suscitam um debate sobre a proficiência ou não desses agentes na resolução do conflito. Nesse senti-

do, torna-se interessante relacionar os conceitos e análises advindas da área da Segurança Internacional das Relações Internacionais com o ocorrido na região do Kosovo em 1998 e 1999, a fim de averiguar quais cursos de ação foram tomados no momento pré e pós-conflito.

A proposta deste trabalho é entender as implicações atuais do processo de paz ocorrido na Guerra do Kosovo. A hipótese deste trabalho advoga no sentido de que o não reconhecimento do Kosovo por parte de alguns países e a emergência de um novo entendimento ao intervencionismo humanitário foram as principais repercussões que se deram na atualidade após o término do conflito. Assim, desenvolver-se-á quais foram os principais mecanismos utilizados ao longo da negociação pelos agentes e como eles foram empregados no sentido de conter e solucionar as causas do mesmo. Para tanto, mobilizar-se-á uma metodologia essencialmente qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias (documentos oficiais de organizações, artigos científicos e reportagens) sobre o tema. Ademais, o método a ser utilizado será o Estudo de Caso, e o marco teórico basear-se-á em conceitos e análises advindas da área de Segurança Internacional, tendo como fundamento o uso de autores renomados dos Estudos sobre Paz nas Relações Internacionais.

Este trabalho será dividido em quatro seções. Na primeira seção, será feito um percurso conceitual de termos da área de Segurança Internacional em Relações Internacionais, utilizando-se de uma bibliografia variada e que contemple todos os parâmetros teóricos necessários a serem desenvolvidos para o caso escolhido. Em seguida, será feita uma contextualização histórica referente à Guerra do Kosovo, situando quais foram as principais motivações da divergência entre kosovares e o Estado iugoslavo, que levaram à ascensão do conflito em 1998. Ademais, será feita uma seção analítica destinada a levantar as principais implicações do processo de paz do Kosovo na atualidade e como se deram as propostas feitas no acordo entre as partes em conflito. Por fim, serão feitas as considerações finais do trabalho como um todo.

2 Resolução de Conflitos: conceitos e pressupostos teóricos

Para que seja possível discorrer sobre a Guerra do Kosovo e o conflito em si, é necessário articular os pressupostos teóricos que serão mobilizados neste artigo. Segundo Wallensteen (2002), há uma série de elementos que precisam ser considerados quando se

observa um conflito armado, principalmente quando a proposta é identificar as suas causas e entender como isso repercute na atualidade. Antes de se aprofundar nos possíveis cursos de ação de uma resolução, é preciso conceituar o que se entende como conflito.

O conceito de conflito armado é debatido com veemência no âmbito das Relações Internacionais, especialmente no campo da Segurança Internacional. De acordo com Wallesteen (2002), a conceituação de conflito é dada como uma “situação social na qual dois ou mais atores se esforçam para obter, num mesmo momento, um conjunto de recursos escassos” (WALLENSTEEN, 2002, p. 16, tradução nossa⁴). Considerando uma série de debates que giram em torno desse conceito, faz-se necessário abranger o entendimento de outros autores sobre tal fenômeno, como Pruitt e Kim (2004).

Segundo esses teóricos, um conflito se configura, em linhas gerais, como a divergência percebida de interesses ou aparente impossibilidade das partes de atingirem seus objetivos simultaneamente (PRUITT; KIM, 2004). Haja vista esta concepção, as ideias de *incompatibilidade* e *uso da força* se demonstram essenciais para se compreender o fenômeno a ser analisado. Assim, a incompatibilidade se dá quando duas ou mais partes conflitantes não conseguem entrar em consenso acerca de uma determinada questão, formando, assim, uma organização que tem como objetivo defender os seus interesses. Por sua vez, o uso da força é a prática da violência direta contra outrem, de modo que dois ou mais atores sejam motivados a agir agressivamente contra o seu oponente.

Os conflitos armados podem ser divididos em três grandes categorias: interestatais, intraestatais e intraestatais territoriais. O primeiro diz respeito aos conflitos entre dois ou mais Estados soberanos, se configurando, portanto, como um conflito internacional. O segundo diz respeito a um embate entre um ator estatal e outro não-estatal, podendo ser esses conflitos nos quais os grupos insurgentes pretendem tomar o poder do governo por motivações políticas ou econômicas. E, por fim, há os conflitos intraestatais territoriais, que dizem respeito a um ator estatal e outro insurgente que, ao invés de almejar o poder do governo, reivindica uma parcela do território para si (WALLENSTEEN, 2002).

As motivações que propulsionam o fenômeno do conflito podem ser variadas. De acordo com Brown (2001), é possível siste-

4. A social situation in which a minimum of two actors (parties) strive to acquire at the same moment in time an available set of scarce resources (WALLENSTEEN, 2002, p. 16).

matizar essas motivações em estruturais, econômicas, políticas, culturais e percepçionais. O aprofundamento que se deseja fazer se refere às motivações estruturais, que diz respeito ao contexto da Guerra do Kosovo, sendo este melhor desenvolvido *a posteriori*. O autor ressalta dois grandes motivos, inseridos dentro da lógica estrutural, que levaria os atores a utilizarem a violência direta, sendo estes a (1) falência estatal e a (2) geografia étnica (BROWN, 2001).

O primeiro motivo é referente à falência estatal, uma vez que a existência de uma frágil estrutura político-burocrática dentro de um Estado é entendida como um elemento facilitador de instalação de conflitos. Isso se daria por uma série de razões que auxiliaria a insurgência de grupos rebeldes, de forma a expandir a sua zona de influência e se tornar uma ameaça ao Estado. À exemplo disso, pode-se citar países cujo o processo de colonização tenha sido frágil ou muito exploratório, de modo que a corrupção e demais outros fatores tenham contribuído para tornar os problemas do país mais endêmicos (DUARTE, 2021). O segundo motivo que se deseja mencionar é a respeito da geografia étnica. Em alguns Estados, há regiões que possuem uma concentração maior de determinadas religiões, crença ou cultura do que outras regiões. De acordo com Wallensteen, isso impulsionaria um desequilíbrio geográfico das etnias dentro do país, de maneira que essa distribuição desigualitária seria um outro facilitador para a instalação de conflitos, fazendo com que um determinado grupo insurgente reivindique uma área majoritariamente ocupada por ele (WALLENSTEEN, 2002).

Dito isso, cabe relacionar esses pontos com a Guerra do Kosovo. A grande causa do conflito, em suma, se deu em virtude da região da província do Kosovo reivindicar a sua emancipação do Estado sérvio, apesar do líder do país, Slobodan Milosevic, se opor ao movimento. Neste contexto, tem-se o fato de que 90% da população kosovar identificavam-se como albaneses, enquanto a minoria sérvia representava apenas 10% da região (ROSSI, 2002). Pode-se afirmar, portanto, que o Conflito do Kosovo, segundo as diretrizes postuladas pelos autores da área de Segurança Internacional, pode se configurar como um conflito interestatal territorial e também um conflito com motivações atreladas à geografia étnica.

Dado essas primeiras inferências, torna-se viável trabalhar também com um possível cenário pós-conflito, o que pode ser entendido como um processo de resolução. De acordo com Wallensteen, a resolução de um conflito é dada como uma “situação social na qual as partes

conflitantes, num acordo voluntário, resolvem conviver pacificamente, ou dissolver, suas incompatibilidades e daí por diante cessam o uso da violência uma contra a outra” (WALLENSTEEN, 2002, p. 50, tradução nossa⁵). Para que isso seja alcançado, o autor sistematiza esse processo por meio de três etapas: (1) a legitimidade das partes; a (2) voluntariedade do acordo; e, por fim, o (3) acordo em si (WALLENSTEEN, 2002).

Logo, para que haja um acordo viável entre as partes conflitantes, é necessário que ocorra um reconhecimento legítimo de um ator com o outro. Wallensteen (2002), neste primeiro ponto, chama atenção para o fato de que as partes envolvidas devem se reconhecer como entes dignos de serem respeitados e não violentados. Um segundo aspecto é referente a voluntariedade do acordo, ou seja, para que um processo de paz possa ocorrer da melhor forma possível é interessante que haja uma disposição voluntária das partes. Caso contrário, o comprometimento entre elas pode se tornar vago e incerto na medida em que houve coerção na realização desse compromisso. E, por fim, o último ponto que deve estar presente no processo de paz é a implementação do acordo. Essa última etapa, situada em um momento pós-conflito, é um dos estágios mais importantes do acordo, na medida em que será possível perceber se houve a execução ou não dos compromissos selados após o acordo, sinalizando para as partes antes em conflito que o processo de resolução está em andamento e que tudo ocorrerá como o planejado (WALLENSTEEN, 2002).

Essa seção se dedicou a apresentar os principais pontos referentes à temática de Resolução de Conflitos. Estudou-se o conceito de conflito, tendo sido possível visualizar quais são as principais motivações dos atores ao causarem esse tipo de evento e quais são os cursos de ação possíveis para solucionar a divergência entre eles. Dito isso, na próxima seção, essas mesmas ideias serão aplicadas ao contexto da Guerra do Kosovo, de forma a ilustrar como se deu a guerra entre os kosovares e sérvios e como se deu o processo tanto pré como pós-conflito.

3 Uma breve contextualização: a Guerra do Kosovo

Versado sobre os principais conceitos da área da Segurança Internacional, será discutido o contexto da guerra do Kosovo e como é possível relacionar os conceitos trabalhados com o conflito em si.

5. It is a social situation where the armed conflicting parties in a (voluntary) agreement resolve to peacefully live with – and/or dissolve – their basic incompatibilities and henceforth cease to use arms against one another (WALLENSTEEN, 2002, p. 50).

Nesse sentido, cumpre primeiramente explicar que Kosovo era uma província que possuía uma composição étnica e religiosa diferente da maioria da Iugoslávia, o Estado ao qual pertencia. Isto porque a Iugoslávia estabeleceu-se, em um momento pós-Segunda Guerra Mundial, como um Estado composto por diversas minorias étnicas (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019). Com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e dos regimes socialistas do leste europeu, iniciaram-se diversos movimentos separatistas no território iugoslavo, de maneira que tais tensões ainda foram agravadas pelas crises daquele contexto. Nesta conjuntura, ressalta-se que houve um crescimento de movimentos de ideologia nacionalista, de modo que determinados grupos passaram a se identificar e a se organizar cada vez mais com seus respectivos grupos étnicos. Como efeito, houveram diversos conflitos de caráter étnicos e separatistas na região, como a Guerra de Independência da Croácia e a Guerra da Bósnia, por exemplo (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019).

A partir dessa contextualização, entende-se que a guerra do Kosovo foi um dos muitos conflitos presentes no território iugoslavo. Os kosovares eram majoritariamente de origem albanesa e de religião muçulmana, contrapondo-se aos sérvios que, em sua maioria, eram cristãos ortodoxos. Considerando essa composição étnica, a população kosovar instituiu um movimento de separação do território da Sérvia, sendo que tal movimento remonta a um período bem anterior ao início da guerra, uma vez que, conforme explicam Carvalho, Lima e Oshima (2019), o movimento separatista kosovar originou-se com manifestações pacíficas reivindicando mais autonomia para a região. Contudo, os sérvios não concordavam com a ampliação da autonomia kosovar, de maneira que no final da década de 1980, o então presidente iugoslavo, Slobodan Milosevic, convocou milhões de pessoas para reiterar a autoridade sérvia sobre o Kosovo, retirando por completo a autonomia da região. Ainda assim, os kosovares mantiveram suas reivindicações pacíficas, agora requerendo a intervenção e a proteção internacional, conseguindo a atenção de grupos e atores internacionais, inclusive de Direitos Humanos (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019).

Conjuntamente a toda essa situação, tinha-se uma mudança da rota de tráfico humano para outras regiões na Europa, inclusive na região dos Balcãs. Com isso, em razão do vácuo de poder deixado pela queda do socialismo, a Albânia se viu tomada por gran-

des máfias que controlavam todo o poder público, o que gerou um movimento migratório significativo de albaneses para o Kosovo requerendo refúgio. Nesse contexto, o Exército para a Libertação do Kosovo (ELK) começou a aumentar as suas capacidades bélicas, por meio de financiamento de grupos ilícitos. Por sua vez, o exército sérvio intensificou seus ataques ao ELK, tentando enfraquecê-lo. “Com a intensa disputa por autonomia no antigo espaço iugoslavo e a contínua deterioração da autoridade estatal, entre 1998 e 1999, eclodiu a guerra do Kosovo: de um lado a província, lutando por sua independência, e, de outro, a resistência das forças de Milosevic” (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019, p. 32). Assim, em 1998, houve um aumento significativo dos conflitos entre sérvios e albaneses, de maneira que se pode dizer que os sérvios procuravam promover uma espécie de “limpeza étnica” por meio de práticas já antes vistas na guerra da Bósnia (SOLANA, 1999).

Neste contexto, apesar de assinada uma resolução do CSNU em 1998 afirmando a existência de uma crise humanitária na região e a necessidade de desmilitarização do conflito, o Conselho não conseguiu entrar em um consenso se seria preciso ou não uma intervenção militar para o combate ao avanço do conflito (SOLANA, 1999). À vista disso, a OTAN interveio na tentativa de colocar um fim às hostilidades e iniciar um processo de paz entre as partes conflitantes. Nesse sentido, em 1999, ocorreu a Conferência de Rambouillet, na qual houve uma série de conversações entre as partes e atores mediadores, em uma tentativa de estabelecer as bases de paz entre os representantes da Iugoslávia e uma delegação que representava a população de etnia albanesa no Kosovo (SOLANA, 1999).

O acordo proposto na citada Conferência propunha a garantia de autonomia ao povo kosovar, de modo que a transição deveria ser feita com o apoio da operação de paz da OTAN, além de garantir a retirada do exército iugoslavo do Kosovo e o desarmamento do Exército Livre do Kosovo (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE, 2020). O acordo foi, então, assinado unilateralmente pelos kosovares albaneses, em 18 de março de 1999, uma vez que o líder iugoslavo, Slobodan Milosevic, não o aceitou; ressalta-se ainda que naquele momento o exército iugoslavo preparava uma ofensiva contra o ELK e o povo kosovar, deixando claro que Milosevic não tinha a intenção de aceitar uma solução política para a questão (SOLANA, 1999). Sob esse contexto, em 1999, o

Estados Unidos da América (EUA), por meio da OTAN, contrariou o CSNU ao investir em ataques aéreos contra os sérvios e exigir que Milosevic aprovasse o acordo de paz, deixando milhares de mortos e causando um fluxo intenso de refugiados (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019). Nesse sentido:

Em cinquenta anos de existência da OTAN, a guerra do Kosovo tornou-se a primeira intervenção militar realizada pela organização e integrou o grupo das principais crises humanitárias dos anos 1990, transformando significativamente os debates sobre a legitimidade de incursões com fins humanitários. Os ataques realizados foram supostamente centralizados em locais de apoio tático, obras de infraestrutura e instalações militares, com três justificativas: impor o acordo de Rambouillet, evitar a limpeza étnica e enfraquecer Milosevic (HOSMER; KALDOR, 2001 apud CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019, p. 32-33).

Em 2000, a Iugoslávia requiriu o fim dos ataques da OTAN ao seu território, concordando, assim, com as bases estabelecidas no acordo de paz de Rambouillet e declarando o aceite ao acordo. Com isso, a questão foi tratada na Resolução nº 1244 de 1999 do CSNU, a qual determinava o fim das violências e hostilidades, a retirada das forças sérvias do Kosovo, a implementação de uma administração internacional civil e militar na região e a garantia de retorno seguro para os refugiados (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019). Dito isso, com a aprovação da Resolução pelo CSNU, foi retirado o controle sérvio sobre o Kosovo e a guerra foi considerada como findada. Por sua vez, Milosevic foi acusado por crimes contra a humanidade, tendo sido, posteriormente, julgado e condenado pelo Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia.

Essa seção se dedicou a contextualizar a Guerra do Kosovo e como os eventos que emergiram desse conflito podem ser ilustrados a partir dos conceitos trabalhados anteriormente. O conflito possuía uma série de motivações, mas, a fim de sistematizá-las, é possível afirmar que a tensão da queda dos regimes socialistas e dos movimentos separatistas no território iugoslavo, além do fluxo de refugiados albaneses chegando ao Kosovo, intensificaram os ânimos conflitantes dos envolvidos, uma vez que a Iugoslávia não tinha interesse em perder sua autoridade sobre mais um de seus territórios - o Kosovo. Com a escalada da investida do exército sérvio para manter a autoridade sobre o Kosovo, as reivindicações pacíficas de independência do povo kosovar se demonstraram insu-

ficientes, fazendo com que grupos armados passassem a se organizar, como foi o caso do Exército para a Libertação do Kosovo. Desta forma, a soma de todas essas variáveis, em um contexto de tensões preexistentes, fez com que a Guerra do Kosovo eclodisse.

4 A Guerra do Kosovo e os desdobramentos atuais

Ao longo das duas seções anteriores, foi possível perceber que há uma série de mecanismos que foram acionados para tratar as pendências colocadas pelo conflito. À vista disso, essa seção tem como objetivo desenvolver as principais ações que foram feitas durante o processo de paz da Guerra do Kosovo, sinalizando em que estágio o conflito se encontra atualmente e analisando de que forma esses mecanismos empregados influenciaram a condição do Estado hoje. Para isso, será necessário, primeiramente, que haja um aprofundamento quanto às medidas adotadas para a Resolução do Conflito sérvio-kosovar.

Dito isso, é importante destacar que, após uma tentativa fracassada de negociações de paz, o Conselho da OTAN autorizou o uso da força contra a Iugoslávia e emitiu um ultimato ao então presidente Milosevic para que este aceitasse os termos de cessar-fogo propostos no Acordo de Rambouillet (NOGUEIRA, 2000). Com o assentimento da utilização de força armada, a OTAN bombardeou o território sérvio durante 78 dias, causando mais destruição e morte. Ademais, quando a OTAN escolheu atacar o território sérvio, o CSNU não havia dado um aval para que essa atividade fosse executada, fazendo com que a ação desse organismo regional se configurasse como uma violação de acordos internacionais, tendo sido assim uma atuação que ultrapassou as funções para a qual o organismo foi criado em 1940 (BELLINI, 2012).

Apesar da aplicação da força ser um dos cursos de ações possíveis e, algumas vezes, até recomendado como mecanismo de coerção para lidar com os *spoilers*⁶ de um conflito, é possível que o uso desse método tenha sido precipitado no caso em questão. Mesmo nos tratados internacionais mais antigos, como o Pacto da Liga das Nações e o Pacto Kellogg-Briand, defende-se a utilização da força como último recurso, de forma que se evite a instauração de guer-

6. Os *spoilers*, em suma, podem ser entendidos como “líderes e partidos que acreditam que a paz emergente das negociações ameaça seu poder, visão de mundo e interesses e usam a violência para minar as tentativas de alcançá-la” (STEDMAN, 1997, p. 5).

ras e mais conflitos (LENZA, 2015). Como alternativa, recomendar-se-ia que fossem realizadas um maior número de negociações e adotadas medidas de indução ou de socialização, como formas de convencer a Sérvia a assinar o acordo de paz. Nesse sentido, enquanto as negociações estivessem sendo feitas, a OTAN poderia ter mantido apenas uma operação de contenção da escalada do conflito e da violência direta com objetivo de proteger a população kosovar de possíveis ataques perpetrados pela Sérvia.

Um outro ponto que deve ser enfatizado diz respeito ao Acordo de Kumanovo que foi firmado ao final do conflito, no dia 10 de junho de 1999. A partir da assinatura deste documento, houve a adoção de medidas que serviram para evitar um ressurgimento das hostilidades entre as partes. No entanto, o acordo firmado não tratou adequadamente das causas do conflito. O tratado propôs que houvesse um cessar-fogo, baseado na instauração de um fim às hostilidades e violências diretas entre a OTAN e as forças sérvias; na criação de uma Zona de Segurança Terrestre de 5 quilômetros e uma Zona de Segurança Aérea de 25 quilômetros entre os territórios do Kosovo e da República da Sérvia; no impedimento da entrada de qualquer força militar sérvia no território kosovar ou nas zonas de segurança. Além disso, o acordo sugeriu a construção de uma Comissão de Implementação Conjunta chefiada por um comandante da força de segurança internacional (KFOR), que tinha como objetivo manter um ambiente seguro na região (MILITARY..., 1999). Portanto, uma vez que o acordo final não tratou das motivações da Guerra do Kosovo, existe uma série de implicações que surgiram, no longo e curto prazo, em decorrência da eficiência do acordo em apenas colocar um fim na violência direta.

A primeira implicação que se deseja mencionar é a respeito do não reconhecimento do Kosovo por parte de alguns Estados. A independência do Kosovo foi alcançada após uma declaração unilateral em relação à Sérvia, realizada em fevereiro de 2008, no parlamento kosovar. À vista disso, até hoje são poucos os países que reconheceram o Kosovo como um Estado soberano unitário, independente da República da Sérvia. O Estado sérvio declarou que a independência da província violava o Direito Internacional Público (DIP) e a sua soberania, portanto, não reconheceria o Kosovo como Estado independente. A Rússia, que também possui movimentos separatistas dentro do seu território e é uma antiga aliada da Sérvia, não reconhece a independência do país. Até o presente momento, ape-

nas 116 dos 193 Estados-membros da ONU reconhecem a independência do Kosovo. Entre alguns dos países que não reconheceram a província como Estado independente estão: Espanha, Argentina, Bósnia, Grécia, Irã, Iraque, Israel e Brasil (NOGUEIRA, 2000).

A segunda implicação que se deseja desenvolver é a respeito do intervencionismo humanitário e a emergência de novas doutrinas no ambiente internacional a partir do conflito no Kosovo. Segundo Carvalho, Lima e Oshima (2019), “a atuação internacional frente à crise kosovar consiste em um dos mais importantes episódios para a reflexão sobre o papel da legitimidade no humanitarismo contemporâneo” (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019, p. 37). Isso se deu em virtude de uma série de características que refletem um dilema de como proceder em crises humanitárias internacionais. Nesse sentido, pode-se dizer que houve uma excepcionalidade no que tange à atuação da OTAN na região na medida em que essa ação foi definida à margem das diretrizes da ONU. Ao contrário do que ocorreu em outras crises humanitárias nessa década, como no caso do Iraque, na Bósnia-Herzegovina, na Somália, em Ruanda, no Haiti e no Timor Leste, a utilização do recurso à força sem o aval do CSNU se configurou, nos termos de acordos internacionais, como mais uma ilegalidade perpetrada pela OTAN (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019).

Nesse sentido, é possível apontar dois problemas no que tange a atuação da ONU sobre a região do Kosovo. O primeiro diz respeito a “a carga substantiva deste conjunto de normas, que passou a privilegiar a proteção de civis e a usar deste recurso para a defesa de incursões em territórios soberanos” (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019, p. 39). Como citado, a própria OTAN se apropriou de dispositivos legais a fim de atender aos seus próprios interesses, ignorando instâncias superiores, como CSNU, agindo brutalmente na região do Kosovo com diretrizes próprias e cursos de ação imprevisíveis. O segundo problema que se deseja mencionar é sobre a falta de eficácia do CSNU no que tange a autorização e regulamentação do uso da força no plano internacional. Mesmo sendo o órgão supremo relativo às questões de segurança da ONU, as estratégias utilizadas ao longo das Operações de Paz dos anos 1990 e a forma de atuação delas se deram de uma forma que colocou em xeque os seus métodos.

À vista disso, cabe discorrer sobre a emergência de novas doutrinas das Operações de Paz da ONU. Uma das primeiras coisas

que precisa ser considerada sobre as Operações de Paz é que isso remete ao debate sobre soberania e intervenção, no sentido de se pensar até que ponto a soberania dos Estados é absoluta e deve ser respeitada independentemente das circunstâncias e até que ponto uma intervenção encontra uma justificativa plausível para violar a soberania de um Estado. Nesse debate, existem duas correntes principais: os (1) pluralistas e os (2) solidaristas.

Os (1) pluralistas, aproximando-se dos ideais Realistas, defendem que a soberania demanda regras mínimas de coexistência e a principal delas é a não-interferência nos assuntos de outros Estados, isto é, entendendo que a soberania é absoluta. Se entendermos que a soberania não é absoluta, acaba-se por perder um dos principais elementos das relações internacionais: a não ingerência nas questões domésticas dos Estados. Por sua vez, os (2) solidaristas, aproximando-se mais da perspectiva atrelada à Escola Inglesa, entendem que a soberania é condicional e o ambiente internacional deve se comprometer com determinadas normas para alcançar objetivos elementares, como a preservação do sistema e a manutenção da paz; assim, os atores no sistema internacional existem justamente para que esses objetivos sejam alcançados, de maneira a ser esse também o objetivo da soberania; se esses objetivos não estão sendo promovidos, a soberania fica condicionada, podendo prevalecer o objetivo de manutenção da paz ou limitação da violência, por exemplo (KENKEL, 2013).

As Operações de Paz emergiram em um contexto pós-Segunda Guerra Mundial, “como um novo instrumento de segurança coletiva, de modo a promover a construção de um ambiente internacional estável” (ANDRADE; HAMANN; SOARES, 2019, p. 7). Desde então, elas foram constantemente utilizadas, evoluindo de acordo com o contexto histórico, para atender às necessidades de diferentes conflitos e panoramas políticos. As operações tomaram características e abordagens diversas, razão pela qual teóricos e estudiosos passaram a classificá-las em quatro gerações. Sobre isso, ressalta a importância de se compreender “[...] que o progresso das missões foi cumulativo: as gerações são construídas umas sobre as outras, às vezes dentro de uma única missão” (KENKEL, 2013, p. 124, tradução nossa)⁷.

7. the progress of missions has been cumulative: the generations are built upon one another, sometimes within a single mission (KENKEL, 2013, p. 124).

Neste trabalho, cabe discorrer primordialmente sobre a segunda geração e a terceira geração das operações, em virtude de apresentar pontos mais relevantes para se entender o conflito do Kosovo e a emergência de novas ideias sobre o intervencionismo humanitário. A segunda geração, inserida em um cenário pós-Guerra Fria, proporcionou uma mudança na natureza e extensão das operações na medida em que a sua emergência ocorreu concomitantemente à eclosão de conflitos interestatais, que ficaram conhecidos como as “novas guerras”, fazendo referência aos conflitos étnicos na época e que nos quais a sua solução era, muitas das vezes, sensível e de difícil resolução. Esse cenário fez com que houvesse um aumento da demanda das operações, e como forma de sanar esses conflitos, além das práticas aplicadas na geração anterior, inclusive a dependência de aprovação do anfitrião, começaram a ser incorporadas às operações tarefas civis, visando auxiliar nos processos de implementação de democracia ou em processos eleitorais, por exemplo (KENKEL, 2013).

É neste contexto que se encontra o conflito em análise. A ausência de mandato autorizador para as atividades militares e a falta de qualquer prestação direta de auxílio aos kosovares evidenciaram a controvérsia sobre a caracterização das ações realizadas entre março e julho de 1999 como intervenção humanitária: a rigor, tratou-se de confronto armado entre a OTAN e antiga Iugoslávia (KALDOR, 2001). Os métodos utilizados ao longo dessa geração propiciaram uma nova perspectiva às Operações de Paz da ONU, inaugurando assim novas perspectivas acerca da terceira geração.

Por sua vez, a terceira geração das Operações de Paz foram chamadas de *peacebuilding*, possuindo como objetivo principal a construção da paz de longo prazo. Elas se caracterizam como as doutrinas emergentes após o conflito da Guerra do Kosovo em virtude de se concentrarem em características mais estruturantes e menos atreladas à violência direta. De acordo com Kenkel (2013), é possível afirmar que essa ação se descreveria como “operações robustas de construção da paz que combinam permissão elevada para usar a força com tarefas civis aprimoradas que são mais intrusivas em termos de seus efeitos sobre os locais autonomia do que na segunda geração” (BELLAMY apud KENKEL, 2013, p. 132, tradução nossa⁸).

8. [...] robust peacebuilding operations that combine elevated permission to use force with enhanced civilian tasks that are more intrusive in terms of their effect on local autonomy than in the second generation (KENKEL, 2013, p. 132).

Logo, é possível afirmar que a adoção de novos métodos nas Operações de Paz está atrelada à gestão da crise no Kosovo por parte da ONU e demais Estados que agiram sobre a região na época do conflito. Os cursos de ação tomados pelos organismos internacionais ao longo do conflito culminaram em uma releitura dos métodos aplicados às Operações de Paz. A operação da OTAN no Kosovo exprimiu de forma clara quais foram os limites do arcabouço humanitário dos anos 1990 e abriu caminho para a remodelagem intervencionista fundamentada na legitimidade substantiva e procedimental do momento, mais precisamente nas abordagens de *peacebuilding* desenvolvidas ao longo da terceira geração das Operações de Paz (KALDOR, 2018).

5 Considerações Finais

O presente artigo procurou analisar quais os desdobramentos atuais advindos da resolução do Conflito do Kosovo, ocorrido durante a década de 1990. Em um primeiro momento, foi possível desenvolver aspectos teóricos relacionados à área de Segurança Internacional, especificamente as questões relativas à Resolução de Conflitos. A seção inicial teve como principal foco elencar características primordiais para a implementação de um acordo de paz, sistematizando esse processo na obtenção, inicialmente, da (1) a legitimidade das partes; em seguida, a (2) voluntariedade do acordo; e, por fim, o (3) acordo em si (WALLENSTEEN, 2002). Esses pontos foram cruciais para o entendimento da Guerra do Kosovo, conforme a contextualização trabalhada. Mesmo após o ataque sistemático promovido pela OTAN e a omissão do CSNU em relação à região, ao firmarem o Acordo de Kumanovo foi possível identificar elementos trabalhados na primeira seção do artigo, indicando a presença de conceitos e parâmetros teóricos que auxiliaram entender como o procedimento em si ocorreu (BELLINI, 2012; MILITARY..., 1999).

Assim como foi sinalizado, a Guerra do Kosovo se apresentou como um fenômeno que possui desdobramentos atuais. As Operações de Paz da ONU, ao atuarem em conflitos como Bósnia-Herzegovina, Somália, em Ruanda, no Haiti, Timor Leste e finalmente culminar na Guerra do Kosovo (CARVALHO; LIMA; OSHIMA, 2019) indicou uma falha operacional da ONU no que tange às suas estratégias de *peacekeeping*, ou seja, na manutenção da paz nestes territórios. A incorporação do *peacebuilding* é um exemplo de que a Guerra do Kosovo

contribuiu para reflexões acerca do intervencionismo humanitário e também na reforma metodológica das Operações de Paz.

Ademais, cabe destacar o não reconhecimento dos Estados em relação ao Kosovo. A declaração unilateral acerca de sua independência acarreta um entrave relacional que prejudica indiretamente o país hoje. Como citado anteriormente, apenas 116 dos 193 Estados-membros da ONU reconhecem a independência do Kosovo. Entre alguns dos países que não reconheceram a província como Estado independente estão a Espanha, Argentina, Bósnia, Grécia, Irã, Iraque, Israel e Brasil (NOGUEIRA, 2000). Em linhas gerais, é possível afirmar que há uma situação dilemática que, ao mesmo tempo que é possível existir uma nação kosovar, a sua legitimidade ainda é questionada continuamente de forma a gerar entraves na sua relação com os demais países no ambiente internacional.

Dito isso, este trabalho revela que serão necessárias novas pesquisas no campo das Relações Internacionais a fim de acompanhar os desdobramentos dessas temáticas aqui apresentadas. Mesmo sendo um conflito datado dos anos 1990, é possível afirmar que seus desdobramentos influenciam uma série de atividades atualmente, assim como foi exemplificado pelas Operações de Paz da ONU, indicando que será de grande valia para a área novos estudos que visem preencher as lacunas aqui encontradas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Israel de Oliveira; HAMANN, Eduarda Passarelli; SOARES, Matheus Augusto. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: evolução, desafios e oportunidades.** Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8939/1/td_2442.pdf. Acesso em: 22 de mai. 2020.

BELLINI, Izabele. **A intervenção da OTAN no Kosovo: Controvérsias em um novo paradigma de intervenções nas Relações Internacionais.** 2012. Especialização (em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3778/1/2012_IzabeleBellini.pdf. Acesso em: 21 mai. 2021.

BROWN, Michael E. Ethnic and internal conflicts: causes and implications. In: CROCKER, Chester A.; HAMPSON, Fen Osler; AALL, Pamela (Eds.). **Turbulent Peace: The Challenges of Managing International Conflict.** Washington: United States Institute of Peace Press, 2001.

CARVALHO, Daniel Campos de; LIMA; Letícia Rizzotti; OSHIMA, Paola Naomi. Legitimidade e humanitarismo: o legado do Kosovo 20 anos depois. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 10, n. 3, 2019, p. 27-45.

DUARTE, Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas. **Causas dos Conflitos Internos**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2021. Notas de aulas.

LENZA, Marconi de Paiva. **A Guerra do Kosovo**: do uso unilateral da força à responsabilidade de proteger. 2015. Monografia (Especialização em Direito) - Faculdade de Direito na Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/11850/1/2015_MarconidePaivaLenza.pdf. Acesso em 21 mai. 2021.

KALDOR, Mary. (2001) A decade of Humanitarian Intervention: The Role of Global Civil Society. In: ANHEIER, Helmut; GLASIUS, Marlies; KALDOR, Mary (ed). **Global Civil Society**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 109-143.

KENKEL, Kai Michael. Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p. 122-143, 2013.

MILITARY Technical Agreement. **Nato’s role in Kosovo**: between the International Security Force (“KFOR”) and the Governments of the Federal Republic of Yugoslavia and the Republic of Serbia, 2 agos. de 1999. Disponível em: <https://www.nato.int/kosovo/docu/a990609a.htm>. Acesso em 21 de abr. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes. A Guerra do Kosovo e a desintegração da Iugoslávia: notas sobre a (re)construção do Estado no fim do milênio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300008#back7. Acesso em 21 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **NATO ‘s role in Kosovo**. Bruxelas, 16 de nov. 2020. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm. Acesso em 17 de mai. 2021.

PRUITT, Dean G.; KIM, Sung Hee. **Social Conflict**: Escalation, Stalemate, and Settlement. McGraw-Hill: Boston, 2004.

ROSSI, Flávia. A Guerra no Kosovo: uma questão humanitária? **Revista Mediações**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 103-131, jun/jul 2002.

SOLANA, Javier. NATO ‘s success in Kosovo. **Foreign Affairs**, vol. 78, n. 6, nov./dez. 1999, p. 114-120.

STEDMAN, Stephen John. Spoilers problem in peace process. **International Security**, vol. 22, n. 2, 1997, p. 5-53.

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding Conflict Resolution**: War, Peace and the Global System. SAGE Publications: London, 2002.

*Recebido em: 18 de junho de 2021
Aprovado em: 03 de setembro de 2021*